

# PRONATEC CAMPO: entre o desenvolvimento da agricultura familiar e a formação de mão de obra para o agronegócio

PRONATEC CAMPO: between the family agriculture and  
workmanship qualification for agrobusiness

PRONATEC CAMPO: entre el desarrollo de la agricultura  
familiar y la formación de mano de obra para el  
agronegócio

*Neila Pedrotti Drabach<sup>1</sup>*  
*Carmen Sylvia Vidigal Moraes<sup>2</sup>*

**Resumo:** O artigo analisa o desenvolvimento do PRONATEC Campo, como um “braço” da política Nacional de Educação do Campo e uma modalidade do PRONATEC, a partir de pesquisa realizada em um campus de Instituto Federal, situado no Estado do Rio Grande do Sul. As informações levantadas no estudo de caso e nos relatórios de matrículas do programa nos planos nacional e estadual evidenciam que as disputas presentes no desenvolvimento do PRONATEC também perpassaram as políticas de qualificação profissional no campo, expressando-se por meio da coexistência da oferta de cursos que visam ao fortalecimento da agricultura familiar e à formação para o agronegócio.

**Palavras-chave:** Educação Profissional – Educação do Campo – Agronegócio – Trabalho e Educação.

**Abstract:** The article analyzes PRONATEC Campo development as an “arm” of the National Country Education politics and a PRONATEC modality, coming from a research held in a Federal Institute campus, placed in Rio Grande do Sul state. The collected information in the case study and on reports from the program enrollments in national and state plans show that the present dispute in PRONATEC development also pass through country professional qualification politics, being expressed by the coexistence offering of courses that aim the family agriculture fortification and the agrobusiness formation and qualification.

**Keywords:** Professional education – Field Education – Agrobusiness – Work and Education.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Atua como Pedagoga no Setor de Assessoria Pedagógica da Pró-Reitoria de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar/RS). É membro do Grupo de Pesquisa Trabalho e Educação da Faculdade de Educação da USP. E-mail: [neila.drabach@yahoo.com.br](mailto:neila.drabach@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), com Pós-Doutorado pela Université Paris Pantheon-Sorbonne (PARIS 1), França, e título de Livre Docente pela Faculdade de Educação da USP (FEUSP/USP). É Professora Titular da Universidade de São Paulo, onde integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da FEUSP/USP. E-mail: [moraescs@usp.br](mailto:moraescs@usp.br)

**Resumem:** El artículo analiza el desarrollo del PRONATEC Campo, como un "brazo" de la política Nacional de Educación del Campo y una modalidad del PRONATEC, a partir de una investigación realizada en un campus de Instituto Federal, situado en el Estado de Rio Grande del Sur. Las informaciones levantadas en el estudio de caso y en los informes de matrículas del programa a nivel nacional y estatal evidencian que las disputas presentes en el desarrollo del PRONATEC también suceden en las políticas de calificación profesional en el campo, expresándose por medio de la coexistencia de la oferta de cursos que se proponen a fortalecer la agricultura familiar y la formación para el agronegocio.

**Palabras clave:** Educación Profesional – Educación del Campo – Agronegocio – Trabajo y Educación

## Introdução

Com a criação do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), no âmbito do primeiro Governo Dilma Roussef (PT, 2011-2014), por meio da Lei 12.513/2011, as iniciativas de educação profissional desenvolvidas por diferentes secretarias, órgãos e ministérios do governo federal passaram a ser desenvolvidas por meio da metodologia do PRONATEC Bolsa Formação. Esse Programa consiste no repasse, pelo governo federal, de determinado valor por hora aula/aluno para que instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, desenvolvam cursos técnicos de nível médio e/ou cursos de formação inicial e continuada (FICs), conforme a demanda identificada pelos órgãos demandantes – ministérios do governo, secretarias municipais, associações, sindicatos e demais organizações da sociedade civil.

Nesse contexto, a Política Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), lançada em março de 2012, com base no Decreto n. 7.352/2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, passou a ter uma de suas ações, a de educação profissional no campo, executada por meio do PRONATEC Bolsa Formação: o PRONATEC Campo. Com o objetivo de fortalecer a "agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável em bases territoriais e agroecológicas" (BRASIL, 2017, s/p.), o PRONATEC Campo se destina à formação profissional, por meio de cursos técnicos e FICs direcionados à diversidade interna da agricultura familiar, assalariados rurais, assentados e acampados da reforma agrária, indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais do campo (BRASIL, 2017).

De acordo com a metodologia do PRONATEC, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – e, a partir do Golpe de 2016, a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – configura-se como demandante do PRONATEC Campo, responsável pelo levantamento da demanda junto aos municípios por meio dos sindicatos dos trabalhadores rurais, dos órgãos públicos que prestam serviço de assistência técnica e extensão rural e das prefeituras. As instituições de ensino ofertantes são as mesmas autorizadas para desenvolver os cursos do PRONATEC Bolsa Formação, quais sejam: instituições da rede federal de EPT, rede estadual, instituições privadas e instituições do Sistema S.

O anúncio do PRONATEC Campo, por parte do governo, levou organizações vinculadas a trabalhadores da área<sup>3</sup> a lançarem documentos manifestando sua preocupação com a lógica formativa do PRONATEC Campo, uma vez que o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), instituição ligada à CNA (Confederação Nacional da Agricultura) – sindicato patronal – havia participado como interlocutor privilegiado nos espaços de discussão dessa política junto ao governo. Oriunda de processos de resistência e luta contra o modelo de desenvolvimento do campo liderado pela agricultura patronal, a educação do campo se constituiu historicamente como um projeto que disputa sua hegemonia com a lógica da educação rural imposta pelas organizações patronais.

Nesse contexto, as organizações representativas de trabalhadores, embora apresentassem críticas ao Programa, defendiam o desenvolvimento de seus cursos por meio, exclusivamente, de instituições públicas, como os Institutos Federais, e de instituições educacionais vinculadas às organizações de trabalhadores do campo, como as Escolas Família Agrícolas e Casas Familiares Rurais, por serem espaços plurais e democráticos mais propensos ao desenvolvimento do projeto de educação do campo.

No entanto, a pesquisa realizada em um *campus* do Instituto Federal Farroupilha e a análise de relatórios de matrículas do PRONATEC Campo, em nível estadual e nacional, permitiram observar que a disputa por projetos formativos para o campo perpassou, inclusive, o espaço dos institutos federais. Nessa direção, importa sublinhar que se, por um lado, a resistência das organizações do campo à atuação das instituições do Sistema S veio a contribuir para limitar o seu ingresso como ofertantes do PRONATEC Campo, não impediu, por outro lado, que seu projeto de formação fosse difundido por meio da influência das organizações do agronegócio no levantamento das demandas e de outras modalidades do PRONATEC Bolsa Formação.

Do ponto de vista teórico-metodológico, com base na concepção de Estado Ampliado ou Integral<sup>4</sup> desenvolvido por Gramsci (2007; 2014), compreendemos que as políticas públicas, entre elas as educacionais, são expressão das disputas por hegemonia entre as classes na sociedade civil e na sociedade política, e que os projetos político-

---

<sup>3</sup> Tais como a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras familiares) e o FONEC (Fórum Nacional de Educação do Campo). Esses documentos serão analisados no decorrer desse texto.

<sup>4</sup> Para Gramsci, o Estado não está restrito ao aparelho estatal, ele é formado pelo conjunto sociedade política – identificada com o aparelho de Estado – e sociedade civil. Em suas palavras, “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (GRAMSCI, 2007, p. 244) ou “no significado integral: ditadura + hegemonia” (GRAMSCI, 2007, p. 257). Nesse sentido, identificando que o Estado no capitalismo “é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo” (GRAMSCI, 2007, p. 41), Gramsci caracteriza a sua atuação como o processo de formação de equilíbrios entre a incorporação das reivindicações e interesses dos grupos subalternos – que são subtraídas de sua própria lógica e enquadradas na ordem vigente – e as necessidades de reprodução da própria ordem vigente (BIANCHI, 2008). A formação de equilíbrios é realizada por meio do exercício da hegemonia do grupo dominante, através do consenso, obtido a partir da difusão da sua ideologia – modo de pensar e agir – ao conjunto da sociedade, através dos organismos privados de hegemonia – como a escola, a Igreja, os partidos políticos – e da coerção, que visa assegurar “‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente” (GRAMSCI, 2014, p. 21).

pedagógicos apresentam importância estratégica na construção e manutenção da hegemonia de classe. As políticas educacionais traduzem relações de força entre os diferentes grupos sociais, ora avançando para uma concepção democrática de educação, ora retrocedendo e/ou convivendo com iniciativas socialmente excludentes, resultado das lutas de interesses que perpassam o conjunto do Estado, entre as demandas da classe trabalhadora e as necessidades da reprodução do capital.

Nesse artigo, analisamos como se produziram e se expressaram esses conflitos no âmbito do PRONATEC Campo, com base na realidade estudada. Para isso, apresentamos o contexto em que foi realizada a investigação, os cursos de formação profissional ofertados e as consequências do PRONATEC Campo para o conjunto das políticas de educação do campo. Os resultados indicam que a disputa pelos fundos públicos destinados à educação profissional, a partir da inserção das instituições privadas no âmbito do PRONATEC, descaracterizou as ações e programas voltados ao público trabalhador e orientados por uma proposta pedagógica emancipatória, como a política de educação do campo.

## O contexto da investigação

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são instituições de educação básica, profissional e superior, pluricurriculares e multi*campi*, que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica<sup>5</sup> do país – Rede Federal de EPCT. Criados no contexto da expansão da educação profissional, em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, a partir da transformação de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Escolas Técnicas Federais, constituem, hoje, 38 diferentes instituições que juntas possuem 589 *campi* e atendem 947.792 estudantes em seus diferentes níveis e modalidades de ensino, de acordo com as informações disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (2018).<sup>6</sup>

O Instituto Federal Farroupilha (IFFar) é um dos três Institutos Federais sediados no Rio Grande Sul e originou-se da fusão entre uma escola federal agrotécnica, um CEFET e duas unidades descentralizadas de ensino de CEFETs. Atualmente, possui 10 *campi* e um *Campus* Avançado, dos quais quatro estão presentes desde a sua criação e os demais foram criados ao longo de sua trajetória de expansão, e atendem grande parte da região central e da fronteira oeste do Estado.

O *Campus* do IFFar, onde foi realizada a investigação, situa-se na região central do Estado, sendo um dos *campi* que integram o Instituto desde a sua criação. O município em que está localizado possui pouco mais de 20 mil habitantes, dos quais 82,2% vivem no meio urbano (IBGE, 2010).

A maior parte da economia local é oriunda da produção agropecuária e do setor de serviços e comércio, tendo contribuído com 34,7% e 50,3% do PIB, respectivamente,

---

<sup>5</sup> Além dos Institutos Federais, também integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica dois CEFETs, 23 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica, que juntos somam 643 unidades de ensino, conforme informações disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (<https://www.plataformanilopecanha.org/>, acesso em 16/03/2018).

<sup>6</sup> Consulta realizada em 21/11/2018 no site da Plataforma: <https://www.plataformanilopecanha.org/>.

em 2013 (IBGE, 2013). O espaço rural, marcado historicamente por grandes propriedades de pecuária extensiva, oriundas da ocupação portuguesa por meio de "sesmarias" (MOREIRA, 2008), sofreu modificações a partir dos anos 1980 com a criação de assentamentos de Reforma Agrária. A agricultura familiar, assim como a população no campo, ampliou-se significativamente a partir de três assentamentos de reforma agrária, vinculados ao Movimento dos Sem Terra (MST), que ocupam em torno de 5.500 hectares – 2,9% da área rural – e juntos correspondem a 29% da população rural do município. Esses assentamentos foram organizados nos anos de 1989, 1996 e 1999, a partir da desapropriação de fazendas de criação de gado improdutivas (INCRA, 2017).

Embora seja significativo o número de produtores rurais que se enquadram na categoria de agricultura familiar, representando 65,4% dos produtores, estes acessam apenas 12,25% da área produtiva, o que indica ainda a predominância de grandes propriedades<sup>7</sup> (IBGE, 2006). A agricultura familiar atua na produção de leite, fruticultura, horticultura, soja, milho, entre outros, e também no beneficiamento de parte de seus produtos por meio de agroindústrias familiares. Grande parte desses produtos são comercializados no próprio município por meio de feiras, venda direta e/ou compras institucionais<sup>8</sup>. Já nas grandes propriedades, a produção se concentra no cultivo de soja, especialmente por meio da agricultura empresarial<sup>9</sup>, e gado de corte.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é 0,716, ocupando a 238ª posição, entre os 497 municípios do Estado, e o índice Gini é 0,599, o que indica uma acentuada desigualdade social. De acordo com o último Censo Demográfico (2010), entre a população economicamente ativa, 59,5% são empregados – recebem em média 2,2 salários mínimos – 38,8% trabalham por conta própria e 1,7% são empregadores. Dos trabalhadores, pouco mais da metade são contribuintes da previdência social (51,8%) – entre os moradores do meio rural esse número cai para 34% – e a grande maioria mora no meio urbano – 78%.

Quanto ao tipo de ocupação, destacam-se as ocupações elementares que abrigam aproximadamente um quarto dos trabalhadores, o setor da agropecuária, que abrange quase 20%, e o setor do comércio, com 10,52% da população ativa. Na tabela 1, pode-se visualizar os demais grupos de ocupação e o respectivo percentual de trabalhadores.

---

<sup>7</sup> As propriedades de agricultura familiar possuem em média uma área de 28 hectares, enquanto a média nas grandes propriedades é de 378 hectares.

<sup>8</sup> O *campus* do IFFar situado nesse município lançou Edital, em 2018, para aquisição de alimentos da agricultura familiar a serem servidos aos estudantes no refeitório da instituição por meio dos Programas PAA CI (Programa de Aquisição de Alimentos Compra Institucional) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Com isso, 90% dos alimentos servidos aos estudantes são oriundos da agricultura familiar local.

<sup>9</sup> De acordo com Moreira (2008), nos grandes latifúndios há uma alternância entre a produção de gado de corte e a produção de soja. Administrados, geralmente, por herdeiros de grandes proprietários que não vivem no meio rural, a exploração da terra se dá por meio da criação de gado de corte no período do inverno e do arrendamento da terra para sojicultores, no período do verão.

**Tabela 1 – Percentual de população economicamente ativa, por grupos de ocupação – Município *Campus* do IFFar**

Grupos de ocupação	%
Diretores e gerentes	2,26
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	0,41
Ocupações elementares*	<u>24,08</u>
Operadores de instalações e máquinas e montadores	6,72
Profissionais das ciências e intelectuais	7,72
Técnicos e profissionais de nível médio	4,80
Trabalhadores de apoio administrativo	4,86
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	<u>10,52</u>
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	<u>19,82</u>
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	8,70
Ocupações mal definidas	10,10
<b>Total</b>	<b>100,00</b>

\* Compreende os trabalhadores dos serviços domésticos e trabalhadores de limpeza em geral.

Fonte: Organizada pelas autoras com base nos dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Em relação à escolaridade, em 2010, a taxa de analfabetismo correspondia a 5,7% da população com 15 anos ou mais. Já entre população com 25 anos ou mais, 57,21% não possuía instrução ou tinha o ensino fundamental incompleto, 16,44% possuía o ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto; 17,9%, o ensino médio completo ou ensino superior incompleto; e 8,5%, o ensino superior completo, segundo os dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2010). Comparando a escolaridade da população ativa e inativa, observa-se que o percentual de pessoas economicamente ativas em cada faixa de escolaridade aumenta à medida que cresce o grau de escolaridade, o que indica que entre os 6,2% da população desempregada, em 2010, encontravam-se níveis de escolaridade mais baixos ou mesmo nenhuma instrução.

A educação básica é atendida por meio do sistema público municipal (05 escolas de ensino fundamental e 06 escolas de educação infantil) sistema público estadual (12 escolas de ensino fundamental e 02 escolas de ensino médio), do *Campus* do Instituto Federal Farroupilha, que oferta 03 cursos técnicos integrados ao ensino médio, sendo um deles na modalidade de educação de jovens e adultos, uma escola privada de ensino fundamental, uma escola privada de educação infantil e duas escolas filantrópicas, uma de educação infantil e outra de educação especial. A educação profissional é ofertada pelo *Campus* do IFFar e também por uma escola estadual de ensino médio, que desenvolve um curso técnico subsequente. Em relação ao ensino superior, além dos cursos ofertados pelo próprio IFFar, o município situa-se a 60 km da cidade de Santa

Maria, que se constituiu em um polo universitário que congrega uma universidade federal (Universidade Federal de Santa Maria) e outras seis instituições de ensino superior privadas.

O *Campus* situado nesse município atende também estudantes/trabalhadores oriundos de municípios vizinhos, os quais guardam semelhança em relação ao perfil socioeconômico. Outros dois municípios atendidos por meio dos cursos do PRONATEC Campo também possuem assentamentos rurais, criados entre os anos de 1988 a 2002. Um deles apresenta 08 assentamentos, abrigando 656 famílias em uma área de quase 12 mil hectares, e o outro abriga 637 famílias em 17 assentamentos que juntos perfazem o total de 11 mil hectares, aproximadamente (INCRA, 2017)<sup>10</sup>. Estas pequenas propriedades rurais coexistem no âmbito de uma estrutura agrária marcada pelas grandes propriedades baseadas na monocultura.

A partir dessa realidade, analisamos, a seguir, a oferta de cursos na modalidade PRONATEC Campo realizadas pelo *Campus* do IFFar, cotejando-a com os dados do Programa nos planos estadual e nacional, de forma a distinguir o que é característica local e o que é uma particularidade do desenvolvimento do Programa.

### **Os cursos ofertados na modalidade Pronatec Campo e seus impactos na política de educação do campo**

O *Campus* do IFFar, situado na região acima descrita, desenvolveu vários cursos na modalidade PRONATEC Campo. As demandas desses cursos surgiram a partir de reuniões com o sindicato de trabalhadores rurais, Emater (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), Secretarias de Assistência Social e Secretarias Municipais de Agricultura dos municípios atendidos. No total, foram realizadas 339 matrículas em 07 diferentes cursos, conforme a Tabela 2.

A maioria dos cursos, como se pode visualizar, atende o público alvo – agricultores familiares, assentados rurais e comunidade quilombola –, e, de acordo com a política do PRONACAMPO, contempla os objetivos de sua formação, como os cursos de Agricultor Familiar e Bovinocultor de leite, que são atividades desenvolvidas nas pequenas propriedades de agricultura familiar. Os cursos de Produtor Agropecuário e Auxiliar de Agropecuária, por exemplo, possuem um currículo voltado para o desenvolvimento de diversas atividades agropecuárias, como olericultura, fruticultura, produção animal e produção vegetal, e analisam temas como meio ambiente e sustentabilidade, associativismo e cooperativismo rural, que contribuem na diversificação da produção e proporcionam o domínio dos processos produtivos e não apenas de técnicas isoladas.

---

<sup>10</sup> Na Tabela 2, que apresenta os cursos do Pronatec Campo, esses municípios correspondem aos município 2 e município 1, respectivamente.

**Tabela 2 – Nº de matrículas em cursos da modalidade PRONATEC Campo desenvolvidos pelo *Campus* do IFFar**

Curso	Local Execução	Município	Matrículas
Agricultor Familiar	Quilombo	Município 3 <sup>11</sup>	21
Agricultor Familiar	Escola Estadual	Município 2	18
Agricultor Familiar	Distrito Rural	Município Sede	26
Agricultor Familiar	Assentamento	Município Sede	25
Agricultor Familiar	Vila São José	Município 2	20
Auxiliar de Agropecuária	Escola Estadual	Município 1	25
Bovinocultor de Leite	<i>Campus</i> do IFFar	Município Sede	20
Bovinocultor de Leite	Escola Municipal	Município 2	18
Bovinocultor de Leite	Escola Estadual	Município 1	25
Inseminador Artificial de Animais	Escola Estadual	Município 1	28
Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas	Escola Estadual	Município Sede	24
Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas	Escola Estadual	Município 1	22
Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas	Assentamento	Município 2	25
Operador de Sistemas de Irrigação	<i>Campus</i> do IFFar	Município Sede	17
Produtor Agropecuário	Escola Estadual	Município 1	25
<b>Total</b>			<b>339</b>

Fonte: elaborada pelas autoras com base nos dados coletados no *Campus* do IFFar (2017).

Por outro lado, observa-se a oferta de dois cursos – o de operador de máquinas e implementos agrícolas e o de operador de sistemas de irrigação –, cuja formação visa à especialização em uma determinada atividade considerada importante para propriedades que utilizam equipamentos de alta tecnologia e trabalho assalariado. De acordo com o Coordenador Adjunto da Bolsa Formação (CABF) do *Campus*, no município 1, por exemplo, "em um levantamento rápido que eles fizeram, tinha mais de 100 vagas de postos de trabalho para operador de máquinas, por conta da agricultura forte e ausência de pessoas qualificadas para manejar essas máquinas mais modernas". Como se pode observar, o depoimento indica claramente o objetivo de formar mão de obra para atuar nas grandes propriedades.

<sup>11</sup> Esse município situa-se a uma distância significativa do *campus* do IFFar, por isso teve apenas um curso atendido, a partir de demanda dos órgãos locais.

Segundo o Técnico da Emater do município sede do IFFar, as demandas de cursos com o objetivo de qualificar mão de obra para o uso de tecnologias no campo partiam da Secretaria Municipal de Agricultura, que expressava as demandas do agronegócio local<sup>12</sup>. No entanto, na sua visão, o que ocorria não era falta de mão de obra, pois muitos trabalhadores qualificados saem do município para buscar empregos em fazendas no Mato Grosso do Sul em razão de melhores salários e do fato de ter trabalho o ano todo. Na região, além de os grandes produtores rurais quererem economizar custos com a força de trabalho, os empregos são sazonais, não possibilitando aos trabalhadores obter renda necessária para a sobrevivência nos períodos sem trabalho.

Nesse sentido, a qualificação da população rural é muito interessante para os grandes produtores do agronegócio, visto que é constituída por trabalhadores já habituados à "lida" no campo e disponíveis para realizar o trabalho como um "bico" nos períodos de colheita, além de dispensarem a assinatura da carteira de trabalho, o que poderia comprometer sua condição de agricultor familiar no acesso às políticas públicas de financiamento na área, como o Pronaf (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar). Essa situação pode explicar os baixos índices de contribuição previdenciária junto aos trabalhadores no campo – apenas 34% dos trabalhadores rurais são contribuintes – como se viu no item anterior.

**Tabela 3 – Carga horária de disciplinas do currículo do Curso de Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas – Campus IFFar**

Organização Curricular	
Disciplina/Módulo	Horas
Leitura e Produção de Texto	12
Matemática Básica	12
Noções Básicas de Procedimentos de Segurança	16
Agricultura de Precisão	20
Regulagem de Semeadoras	20
Regulagem de Pulverizadores	16
Operação de Tratores Agrícolas	20
Operação de Colheitadeiras Agrícolas	24
Operação de Pulverizadores Agrícolas	12
Ética e Orientação Profissional	08
<b>Total</b>	<b>160</b>

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas, IFFar (2014).

<sup>12</sup> Destaca-se que a gestão municipal desse período era do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

Uma das turmas do curso de Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas foi realizada no território de um dos assentamentos rurais situados no município 1. De acordo com o CABF do *Campus*, a formação era voltada para o trabalho na própria comunidade que, por ser um assentamento antigo, possui propriedades com maquinários, e também para atuação em grandes propriedades. No entanto, ao observar o currículo do curso (Quadro 1), identifica-se uma formação voltada para a "agricultura de precisão", que compreende o uso de equipamentos de alta tecnologia, justificando, assim, a formação de profissionais capazes de regular e operar tais tecnologias. Embora importante nas pequenas propriedades, pois visa obter maior produtividade do solo, a agricultura de precisão requer tanto investimento técnico-científico, de análise das condições do solo, como tecnológico, o que exige investimento financeiro não viável em pequenas áreas produtivas.

Da mesma forma, no curso de Operador de Sistemas de Irrigação, embora as técnicas de irrigação também se apliquem e sejam importantes para as pequenas propriedades, o currículo do curso compreende desde técnicas que demandam equipamentos simples até sistemas de irrigação autopropelidos e com pivô central, os quais se destinam e são viáveis apenas em grandes propriedades, tendo em vista o seu custo. É possível visualizar tais objetivos no projeto pedagógico do curso, quando se observa os equipamentos necessários para as aulas práticas:

para a realização das aulas práticas serão necessários, entre outros equipamentos, cano de PVC de diferentes diâmetros, acessórios (curva, registros, luvas, reduções etc.), aspersores de diferentes portes, mangueiras gotejadoras, sistema de irrigação autopropelido e sistema de irrigação pivô central (IFFar, 2014).

Nessa direção, observa-se que no âmbito do PRONACAMPO, por meio da ação PRONATEC Campo, convivem diferentes perspectivas de qualificação profissional: uma voltada ao fortalecimento da agricultura familiar e outra dirigida à formação de mão de obra para atuar na agricultura empresarial (agronegócio), que é uma característica dessa região. Essas contradições expressam o embate entre projetos antagônicos de agricultura e de desenvolvimento do campo, e revelam que a lógica do PRONATEC Campo permitia essa convivência por não estar acompanhada de debates coletivos sobre sua finalidade e concepção, e seguir apenas a lógica "demandante e ofertante" responsável por instrumentalizar o desenvolvimento do Programa. Ou, como se verá a seguir, pelo fato de o próprio processo de elaboração da política do PRONACAMPO ter sido atravessado por essas disputas, como resultado da correlação de forças naquele momento.

O PRONACAMPO foi recebido com muitas críticas por organizações e movimentos da educação do campo, especialmente quanto à forma de desenvolvimento da ação que visa à qualificação profissional. A CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras familiares) encaminhou ao MEC um documento intitulado "Posicionamento Político da CONTAG contra a participação do SENAR enquanto entidade participante da execução das ações do PRONACAMPO para os trabalhadores rurais", no qual manifesta a contradição dessa política, que objetiva o desenvolvimento da agricultura familiar, ao incluir o SENAR – entidade vinculada e representante da agricultura patronal (Confederação Nacional da Agricultura - CNA) –

como executor de cursos de qualificação profissional aos trabalhadores rurais, por meio da ação PRONATEC campo. Conforme sintetiza o documento:

A inserção do SENAR, pelo Ministério da Educação, como executor de políticas, programas e ações da educação do campo, é uma tentativa de negar ou omitir as contradições que envolvem esta luta. Não é possível que o mesmo projeto que serve ao agronegócio, que expulsa os trabalhadores do campo ou que os torna meramente técnicos para o exercício de uma função pontual na produção (na condição de empregado), conviva, de forma naturalizada, com a perspectiva defendida pelos movimentos que lutam pela permanência de homens e mulheres do campo, na produção familiar, na produção de saberes e conhecimentos e que reafirmam o campo como lugar de vida, de cultura, de valores e de produção (CONTAG, 2012, s/p.).

Na mesma direção, o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), com base nas análises produzidas em Seminário Nacional, realizado em Brasília nos dias 15 a 17 de agosto de 2012, lançou o documento "Manifesto à sociedade Brasileira", que aponta as contradições nos rumos da política de educação do campo a partir do PRONACAMPO. O Manifesto recupera o histórico de lutas e conquistas dos movimentos do campo na construção de políticas de "educação do campo", a partir da segunda metade da década de 1990, como contraponto à "educação rural"<sup>13</sup>, e indica que o PRONACAMPO, embora responda a algumas reivindicações dos movimentos pela educação do campo, reedita os princípios da "educação rural" ao se associar às entidades representativas do agronegócio. Entre os pontos criticados no Programa, está a ação PRONATEC Campo:

Não reconhecemos a proposta do PRONATEC Campo elaborada pelo SENAR/CNA, pelo projeto de campo que representa e porque como política o PRONATEC ignora as experiências de Educação Profissional realizadas por instituições como SERTA, MOC, ITERRA, Escolas Famílias Agrícola - EFA's, Casas Familiares Rurais - CFR's e pelo próprio PRONERA em parceria com os Institutos Federais, entre outras (FONEC, 2012a, p. 03).

Como resultado dos debates do mesmo Seminário, um grupo de educadores membros do FONEC sistematizou um material, denominado "Notas para análise do momento atual da Educação do Campo", o qual apresenta uma análise coletiva mais aprofundada da política de educação do campo nesse período. O texto identifica um novo ciclo econômico no espaço rural, no qual o capitalismo financeiro incide sobre a agricultura promovendo uma articulação entre o setor agrícola, industrial, bancário e o aparato estatal, o que gera implicações para as políticas públicas nesse campo. Diferentemente do ciclo em que se deu a construção do projeto de "educação do campo", final dos anos 1990, marcado pela "crise do latifúndio e da emergência do agronegócio e dos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária", quando as políticas de "educação rural" se resumiam "ao transporte escolar para os 'resíduos' da população do meio rural" (FONEC, 2012b, p. 04), o ciclo atual identifica na educação um importante papel "para a ampliação e manutenção do agronegócio" (p.

---

<sup>13</sup> O conceito de educação rural denomina, nesse contexto, o projeto de educação instituído pelo Estado Brasileiro que se vincula a um "projeto de sociedade e agricultura subordinado aos interesses do capital, que submeteu e pretende continuar submetendo a educação escolar ao objetivo de preparar mão de obra minimamente qualificada e barata, sem perspectiva de um projeto de educação que contribua à emancipação dos camponeses" (FONEC, 2012a, p. 1-2). Assim, o termo "educação do campo" visa demarcar sua diferença em termos de nomenclatura e sobretudo de concepção em relação ao anterior.

08). Como se viu no contexto dos municípios atendidos pelo IFFar, a agricultura empresarial necessita de mão de obra abundante e indica preferência em recrutar, quando necessário, os trabalhadores na agricultura familiar local com vistas a diminuir os custos da produção.

Nesse contexto, os avanços nas políticas de educação do campo, que expressam o projeto concebido pela e para a classe trabalhadora do campo, são objeto de disputa pelos setores patronais na segunda década dos anos 2000<sup>14</sup>, especialmente para a apropriação dos fundos públicos destinados a essas políticas. O PRONACAMPO nasce, como se viu, do Decreto nº 7.352/2010, que representou um dos mais importantes marcos da Educação do Campo, pois alçou-a à "condição potencial de política de estado" (FONEC, 2012b, p. 14). No entanto, seu processo de elaboração, apesar de ter contado com a presença de movimentos e organizações sociais, foi atravessado por interesses sociais antagônicos, apesar de conter "elementos da pressão das lutas dos trabalhadores" (FONEC, 2012b, p. 17).

De acordo com a análise do FONEC, muitas ações incluídas no PRONACAMPO não passaram pelo debate no âmbito da Comissão Nacional de Educação do Campo (CONEC/MEC), tendo sido fruto de discussões internas ao governo. Especialmente em relação à formação técnico-profissional, que corresponde à ação PRONATEC Campo, o Fórum analisa que a lógica hegemônica do capital se fez preponderante:

O problema estrutural, que entendemos ser fruto dessa hegemonia, é que não fica apontada na política a efetiva construção de um sistema público de educação escolar de qualidade para todos os trabalhadores do campo. Sua ênfase está em garantir elementos de política pública que permitam avançar na preparação da mão-de-obra para o agronegócio ou diminuir os focos de conflito com os camponeses, suas organizações de classe. Nessa perspectiva, o PRONACAMPO não é linearmente contra os trabalhadores, mas também não representa a vitória do polo do trabalho na definição da política (FONEC, 2012b, p. 17).

No Estado do Rio Grande do Sul, formou-se o Comitê PRONATEC Campo com a participação da FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), FETRAF (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) e Superintendência Estadual do MDA, que intermediou o levantamento das demandas de qualificação profissional junto aos municípios. Conforme os dados de oferta do PRONATEC Campo, no RS foram realizadas 2.652 matrículas nessa modalidade, nos anos de 2013, 2014 e 2015 (SISTEC Nacional, 2018). Houve apenas 20 matrículas no SENAC (no curso de Costureiro de Máquina Reta e Overloque) e todas as demais foram realizadas em Institutos Federais. Na tabela 3 pode-se observar os cursos ofertados e o respectivo número de matrículas.

---

<sup>14</sup> Dentre as conquistas da Educação do Campo, destacam-se os aparatos legais: "Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo: Resolução CNE/CEB nº 1/2002 e Resolução CNE/CEB nº 2/2008. Parecer CNE/CEB nº 1/2006 que reconhece os Dias Letivos da Alternância; Resolução CNE/CEB nº 4/2010 que reconhece a Educação do Campo como modalidade específica e define a identidade da escola do campo; Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)" e os Programas: "Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), este em alguma medida elemento da própria constituição histórica da Educação do Campo, o Programa Saberes da Terra e o Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo); O Programa de Iniciação à Docência – PIBID Diversidade/CAPES, entre outros" (FONEC, 2012b, p. 13-15).

**Tabela 4 – Nº de matrículas, por Cursos ofertados na modalidade PRONATEC Campo no RS – 2013 a 2015**

<b>Curso</b>	<b>Matrículas</b>
Agricultor Familiar	602
Auxiliar de Agropecuária	275
Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas	214
Bovinocultor de Leite	160
Agricultor Orgânico	153
Agente de Desenvolvimento Cooperativista	126
Editor de Vídeo	98
Produtor de Frutas, Hortaliças e Plantas Aromáticas Processadas por Secagem e Desidratação	90
Operador de Sistemas de Irrigação	84
Costureiro Industrial do Vestuário	70
Cervejeiro	62
Floricultor	60
Agente de Informações Turísticas	58
Mecânico de Máquinas Agrícolas	51
Produtor Agropecuário	47
Padeiro	44
Horticultor Orgânico	39
Fruticultor	27
Preparador de Doces e Conservas	27
Preparador de Pescado	27
Domador de Cavalos	26
Inseminador Artificial de Animais	26
Editor de Projeto Visual Gráfico	25
Modelista de Roupas	25
Produtor de Embutidos e Defumados	24
Agricultor Agroflorestal	22
Piscicultor	22
Açougueiro	21
Costureiro de Máquina Reta e Overloque	20
Auxiliar de Cozinha	19
Apicultor	18
Agente de Projetos Sociais	15
Bovinocultor de Corte	12
Condutor de Turismo em Unidades de Conservação Ambiental Local	12
Destilador de Bebidas	11
Operador de Computador	11
Ovinocultor	11
Costureiro de Calçados	6
Artesão de Artigos Indígenas	5
Operador e Mantenedor de Embarcações de Pesca Artesanal	3
Jardineiro	2
Montador e Reparador de Computadores	2
<b>Total</b>	<b>2.652</b>

Fonte: elaborada pelas autoras com base em dados do SISTEC Nacional (2018).

Não se observa, portanto, a participação do SENAR no desenvolvimento dessa modalidade do PRONATEC no RS. No entanto, o terceiro curso com maior número de matrículas, como pode se observar na Tabela 3, foi o de "Operador de Máquinas e Implementos Agrícolas", o que expressa uma formação que atende, sobretudo, ao agronegócio.

Em todo o país, de um universo de 46.409 matrículas desenvolvidas no âmbito do PRONATEC Campo, 8.824 matrículas foram ofertadas pelo SENAR (SISTEC Nacional, 2018). Talvez pelas críticas e mobilizações dos Comitês PRONATEC Campo nos Estados, a participação do SENAR tenha sido minimizada nessa modalidade. No entanto, essa instituição formadora, que representa o projeto do agronegócio, teve expressiva participação no PRONATEC Bolsa Formação, tendo atuado em outras modalidades, especialmente no PRONATEC Brasil Sem Miséria que atende o público beneficiários dos programas sociais, totalizando mais de 150 mil matrículas, no período de 2011 a 2016, sendo mais de 70% dessas matrículas realizadas no eixo de Recursos Naturais<sup>15</sup> (SISTEC NACIONAL, 2017).

Em todos os cursos desenvolvidos pelo SENAR o empreendedorismo faz parte do currículo, tendo sido apresentado ao público como: "PRONATEC do SENAR tem algo a mais". Sob a justificativa de que: "Atualmente não basta apenas plantar e colher. É preciso conhecer as técnicas básicas de administração, as máquinas e equipamentos, enfim, de todos os recursos usados para produzir mais e melhor", a instituição inseriu o módulo "Empreender no Campo", por meio do qual "ensina a analisar, avaliar, tomar as melhores decisões, colocando a técnica e a criatividade a serviço da produtividade e da lucratividade" (Site SENAR, 2018). O que revela claramente a lógica de conceber a propriedade rural estritamente como um "negócio".

Os cursos ofertados pelo SENAR no âmbito do PRONATEC seguem o "Portfólio de Cursos FIC do SENAR", o que contradiz o princípio do Programa de que a demanda a ser atendida deve partir dos arranjos produtivos locais. Essa medida favorece a instituição ofertante, uma vez que permite planejar previamente a sua oferta, otimizando os custos com material didático, por exemplo.<sup>16</sup>

Com base nesses dados e na realidade analisada no âmbito do *Campus* do IFFar, é possível observar que o PRONATEC Campo, embora tenha sido ofertado quase em sua totalidade pelos Institutos Federais, não deixou de ser atravessado pelos interesses alheios à agricultura familiar e à política de educação do campo, uma vez que essas instituições também se constituem em espaços de disputas, nos quais a formação voltada a diferentes projetos de sociedade e de agricultura convivem e são levados para o âmbito do Programa. Soma-se a isso, o fato de que grande parte dos IFs, inclusive o *Campus* do IFFar analisado, procedeu à contratação de docentes externos ao seu quadro de servidores para o desenvolvimento dos cursos do PRONATEC, uma vez que a necessidade de deslocamento para outros municípios e a elevada carga horária de trabalho nos cursos regulares da instituição impediam/dificultavam a atuação de seus docentes. Em alguns casos, os docentes optaram por não atuar em função de sua discordância com a concepção pedagógica do Programa, que priorizava cursos rápidos e desarticulados com a educação básica.

---

<sup>15</sup> Santos (2016) destaca em sua pesquisa que enquanto os IF's alegavam não ter condições financeiras pelo Pronatec Bolsa Formação para se deslocar até as comunidades do campo, a coordenadora do Pronatec no SENAR afirmava não ter sala de aula fixa; o SENAR vai onde a comunidade está.

<sup>16</sup> A maior parte dos cursos são do eixo de Recursos Naturais, incluindo desde Agricultor familiar e Agricultor orgânico a Operador de Tratores e Operador de Sistemas de Irrigação. Curiosamente, também fazem parte do Portfólio cursos de Assistente administrativo, Operador de computador e Costureiro. O documento pode ser consultado no site: <http://www.senar.org.br>

As disputas de projetos formativos que se expressaram na modalidade PRONATEC Campo também se revelam no âmbito do Programa como um todo – PRONATEC Bolsa Formação. Como apontam diversas pesquisas (LIMA, 2012; MOURA, 2016; DRABACH, 2018), o PRONATEC Bolsa Formação proporcionou espaço para a ampliação do projeto educacional do empresariado na disputa relacionada às políticas de educação profissional no período dos governos do PT, o qual havia sido minimizado na primeira década dos anos 2000 a partir dos investimentos nas instituições públicas e em políticas dirigidas ao desenvolvimento de um projeto de educação profissional voltado às demandas das classes trabalhadoras.

A partir de uma concepção pedagógica orientada pelo PRONATEC Empreendedor – ação em parceria com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas) que promoveu a capacitação de professores, definiu conteúdos obrigatórios para determinados cursos e ofertou material didático<sup>17</sup> – o PRONATEC Bolsa Formação minimizou e/ou dificultou o desenvolvimento do projeto de educação profissional que vinha sendo desenvolvido por meio de programas e cursos como o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos) e o Ensino Médio Integrado, uma vez que privilegiou a realização de cursos rápidos, fragmentados e não integrados à educação básica e direcionou grande parte dos investimentos da área para o seu desenvolvimento<sup>18</sup>. As matrículas e o orçamento destinado ao PROEJA, por exemplo, diminuíram no período de maior oferta do PRONATEC Bolsa Formação, embora esses cursos também pudessem ser financiados pelo Programa (MOURA, 2016; DRABACH, 2018).

Nessa direção, como analisa o FONEC, o PRONATEC Campo configura-se como uma "política falaz da conciliação" que prega haver espaço para todos:

[...] para as grandes propriedades que serão responsáveis pelas monoculturas de exportação e para os pequenos agricultores que devem produzir sua subsistência e buscar competência para vender excedentes [inclusive de força de trabalho] no mercado, todos, afinal, integrados ao "agronegócio" (FONEC, 2012b, p. 19).

Outro impacto na política de educação do campo gerado pelo PRONATEC – talvez o mais regressivo, pois atinge o núcleo dessa política – foi a redução do orçamento do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). Esse Programa, criado em 1998 como resultado da organização e mobilização pela reforma agrária, incluiu em sua pauta a necessidade de um projeto de educação que acompanhasse e promovesse a emancipação da população do campo, tornando-se o espaço no qual se forjou o projeto de "educação do campo", por meio tanto da escolarização dos trabalhadores com base nesses princípios, como também da formação de camponeses-educadores com vistas a multiplicar essa formação<sup>19</sup>. O advento do PRONATEC Campo foi acompanhado por grande contingenciamento no orçamento do PRONERA, como apontam as pesquisas de Santos (2016) e Kuhn (2015), passando de R\$ 70.800.000,00, em 2010, para menos de R\$ 30.000.000,00, em 2014. Essa redução pode ser compreendida a partir da lógica que orientou a construção do PRONATEC: reunir no

<sup>17</sup> Para maior conhecimento dessa ação, ver Drabach (2018).

<sup>18</sup> No período de 2011 a 2014, 78% dos investimentos do governo federal no Pronatec foram destinados à iniciativa Bolsa Formação (DRABACH, 2018).

<sup>19</sup> Para um maior aprofundamento sobre o PRONERA e seu percurso histórico, ver Santos (2016).

âmbito do Ministério da Educação as ofertas de qualificação profissional, o que promoveu um deslocamento dos recursos no mesmo sentido.

Conforme relata Santos (2016), coordenadora do PRONERA no período de advento do PRONATEC Campo, as demandas de incremento do orçamento do programa levadas ao governo federal foram respondidas pela própria Presidenta Dilma nos seguintes termos: "O programa de formação profissional do Governo é o PRONATEC'. E teria repetido que a ordem do Governo era 'PRONATEC! PRONATEC! PRONATEC!'" (p. 113). Apesar dos esforços do Grupo de Trabalho PRONATEC, constituído no âmbito do MDA, permeado também por "conflitos internos de concepção", de "como fazer limonada deste limão" (SANTOS, 2016, p. 115), somam-se às críticas já destacadas, o fato de o PRONATEC Campo promover uma formação restrita em cursos de curta duração<sup>20</sup>, sem associação com a elevação da escolaridade, "o que para os camponeses significa manter sua perene condição de classe iletrada, disponível somente e nada mais que para o 'trabalho no cabo da enxada'" (SANTOS, 2016, p. 121).

Nessa direção, pode-se visualizar que a transferência dos recursos do PRONERA e da política de educação do campo para o âmbito do PRONATEC Campo não foi acompanhada de seu projeto político pedagógico, tornando-se espaço de materialização das forças dominantes, hegemônicas nos diferentes espaços sociais. No território atendido pelo IFFar, a agricultura empresarial, por exemplo, valeu-se dessa oportunidade para a formação de mão de obra direcionada às suas necessidades.

## Considerações finais

A primeira década do século XXI registrou grandes avanços no campo das políticas educacionais voltadas à classe trabalhadora, construídas a partir das propostas dos movimentos sociais e de coletivos de educadores democráticos ligados à classe trabalhadora, a partir da eleição do primeiro governo de esquerda após a democratização do país<sup>21</sup>. O PRONATEC Bolsa Formação foi criado em um contexto histórico de grandes investimentos na educação profissional pública, que vinham ocorrendo desde os primeiros mandatos do Governo do PT (2003-2010), orientados pela concepção de educação profissional como direito à educação, integrando a formação profissional à educação básica, a partir da mudança político-pedagógica nessa área promovida pelo Decreto nº 5154/2004. Como exemplo, podemos citar a ampliação da Educação Profissional a partir da criação de novas instituições de ensino, como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e do desenvolvimento de Programas centrados na integração entre a educação básica e a educação profissional, como o Proeja, o Brasil Profissionalizado, que fortaleceram a oferta de ensino médio integrado nas redes públicas estaduais, e a política de ensino dos próprios Institutos Federais, que destina 50% de suas vagas para cursos técnicos,

---

<sup>20</sup> Do total de 46.409 matrículas do Pronatec Campo, apenas 36 foram desenvolvidas em cursos técnicos (02 no curso Técnico em Segurança do Trabalho, em Minas Gerais, e 34 no curso Técnico em Agropecuária, em Santa Catarina).

<sup>21</sup> A respeito dos movimentos sociais populares de resistência democrática às medidas neoliberais do Governo Fernando Henrique Cardoso e sua importância na conformação das políticas educacionais dos Governos Lula, consultar Moraes, 2013.

preferencialmente, integrados ao ensino médio, conforme artigo 8º da sua Lei de criação – Lei nº 11.892/2008.

A criação do PRONATEC no âmbito do Governo Dilma, apesar de dar continuidade às políticas do período anterior, incorpora outros elementos, como o financiamento público para instituições privadas e retoma a centralidade da formação profissional desvinculada da educação básica, voltada ao atendimento das demandas do mercado de trabalho, por meio da iniciativa Bolsa Formação. Nesse sentido, trouxe à tona as disputas de concepção em torno de projetos para a educação profissional e intensificou o projeto do empresariado brasileiro na formação de trabalhadores, uma vez que a maioria das matrículas do PRONATEC Bolsa Formação foram realizadas em cursos de rápida formação e desarticulados da educação básica, e que 2/3 (dois terços) das matrículas no âmbito do Programa foram desenvolvidas por instituições do Serviço Nacional de Aprendizagem (Sistema S)<sup>22</sup> que, embora sustentado com recursos públicos, é gerido de forma privada pelas organizações sindicais patronais<sup>23</sup>, retomando as marcas históricas da educação profissional no país.

Essa mudança de concepção na orientação das políticas de educação profissional no Governo Dilma, desencadeada especialmente a partir da criação do PRONATEC, incidiu sobre as diferentes ações/projetos de educação profissional em andamento, a partir do avanço do setor privado e de seus interesses. Analisando-se especificamente uma das modalidades de oferta do PRONATEC Bolsa Formação, o PRONATEC Campo, como vimos ao longo desse texto, pode-se indicar que essa modalidade, que propunha ofertar cursos de educação profissional com vistas a fortalecer a agricultura familiar, de acordo com a Política Nacional de Educação do Campo, foi atravessada pelos interesses hegemônicos no âmbito da agricultura tornando-se, também, um espaço para a formação de mão de obra para o agronegócio. O avanço das forças hegemônicas é favorecido pelo processo de mapeamento da demanda de cursos definido pelo Programa, uma vez que a dinâmica é conduzida pelos grupos dominantes em cada território, não promovendo espaços de debates/confrontos entre os interesses em disputa.

Como já foi visto, a concentração da oferta de cursos de qualificação profissional no âmbito do PRONATEC fez com que os programas criados no âmbito da luta dos movimentos sociais pela educação do campo, como o PRONERA, tivessem seus orçamentos esvaziados, uma vez que esse Programa passou a ser o principal – e único – espaço de fomento da formação profissional para trabalhadores, jovens e adultos.

Essa mudança de perspectiva nas políticas de educação profissional no âmbito dos governos do PT pode ser compreendida a partir da atuação do conjunto de forças político-sociais que sustentavam esses governos. Análises produzidas sobre esse período (SINGER, 2012, 2015, 2018; ALVES, 2014; BOITO JR, 2012), evidenciam que a governabilidade se amparava na coalizão entre frações da burguesia e da classe

<sup>22</sup> De um total de 4.647.307 matrículas realizadas no âmbito do Pronatec Bolsa Formação no período de 2011 a 2016, 1.055.960 matrículas correspondem a cursos técnicos (22,7%) e 3.591.347 a cursos FICs (77,3%). Entre as instituições ofertantes, o Sistema S ofertou 67% do total de matrículas (DRABACH, 2018).

<sup>23</sup> O Sistema S é sustentado com recursos públicos desde 1942, contribuição social com base no desconto de 2,5% sobre a folha de pagamentos das empresas, embutidos no custo das mercadorias e repassados aos consumidores, cuja arrecadação em 2017 atingiu aproximadamente R\$ 17 bilhões de reais (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018).

trabalhadora. O fenômeno político do "lulismo" (SINGER, 2012) atuava na arbitragem da correlação de forças entre as classes, conciliando o atendimento das demandas de parcela da classe trabalhadora no âmbito da conservação das condições para a reprodução do capital. Assim, de acordo com Alves (2014), as políticas de inclusão social, de distribuição de renda e de investimentos públicos na economia eram operadas nos limites de um projeto econômico "neodesenvolvimentista", representando a modernização possível dentro da ordem sistêmica. As políticas e ações desenvolvidas nesse período expressavam, portanto, as contradições dos diferentes interesses em jogo.

Os avanços conquistados pelos setores populares no âmbito das políticas públicas, nos planos cultural e educacional, foram forjados em meio às disputas de hegemonia entre as diferentes forças políticas do próprio governo. A arbitragem dos interesses em jogo imprimiu a necessidade de atender a demandas das diferentes frações de classe que compunham a base do governo, e, ao mesmo tempo, realizar concessões ao projeto oposto, voltado aos interesses pragmáticos "do mercado", alicerçado nos pressupostos marginalistas da Teoria do Capital Humano, que supõe uma relação direta entre sistema educativo e sistema produtivo, e de cunho majoritariamente privatizante, conforme se observa em relação ao PRONATEC.

## Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru, SP: Canal 6, 2014. (Projeto Editorial Praxis)

BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci**: Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008.

BOITO JR. Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. BOITO Jr, Armando; GALVÃO, Andréia (org.). **Política e Classes no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012.

Brasil, M. D. (s.d.). **PRONATEC Campo**: Formação profissional para o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável em bases territoriais e agroecológicas. Cartilha. Disponível

em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_23/cartilha%20PRONATEC\\_baixa.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_23/cartilha%20PRONATEC_baixa.pdf). Acesso em: 18 de junho de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 de nov. 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm). Acesso em: 20 setembro 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 de out. 2011.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Posicionamento Político da CONTAG contra a participação do SENAR enquanto entidade participante da execução das ações do PRONACAMPO para os trabalhadores rurais. Brasília: [s.n], 2012.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Posicionamento Político da CONTAG contra a participação do SENAR enquanto entidade participante da execução das ações do PRONACAMPO para os trabalhadores rurais. Brasília: [s.n], 2012.

DRABACH, Neila Pedrotti. **O "desvio de rota" na política de Educação Profissional:** uma análise do processo de construção e da oferta pública e privada do PRONATEC. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **O que a Folha Pensa.** Editorial de 17 de julho de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br> Acesso em: 14 janeiro 2019.

FONEC, Fórum Nacional de Educação do Campo. **Manifesto à Sociedade Brasileira.** Brasília, 2012a.

FONEC, Fórum Nacional de Educação do Campo. Notas para análise do momento atual da educação do campo. In: **Seminário Nacional**, 2012, Brasília. Anais... Brasília, 2012b.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** V. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** V. 3. Maquiavel e Notas Sobre o Estado e a Política. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br> Acesso em: abril 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: março 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**, 2013. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: maio 2018.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária.** Data de atualização: 31/12/2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> Acesso em: 10 março 2018.

KUHN, Ednizia Ribeiro Araujo. **Análise da Política de Educação do Campo no Brasil:** meandros do PRONERA e do PRONACAMPO. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2015.

LIMA, Marcelo. A educação profissional no governo Dilma: PRONATEC, PNE e DCNEMs. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 28, n. 2, p. 495-513, mai/ago. 2012.

MORAES, Carmen S.V. Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores de qualidade: regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação. **Educação e Sociedade**, Campinas: CEDES/Unicamp, v. 34, n. 124, p. 979 – 1001, jul /set, 2013.

MOREIRA, Vinicius Silva. **Territorialidades Rurais em Júlio de Castilhos – RS**: da pecuária extensiva à agricultura familiar. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências) Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2008.

MOURA, Dante Henrique. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA: entre potencialidades e entraves diante de projetos societários em disputa. In: Cristina Azevedo Gomes; Maria Figueiredo; Henrique Ramalho; João Rocha. (Org.). **Livro de Atas do XIII Congresso da SPCE**. Fronteiras, diálogos e transições na educação. 1ed.Lisboa: SPCE, 2016, v. 1, p. 381-392.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas - O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos estudos**, CEBRAP, São Paulo, n. 102, 2015.

SINGER, André. **O Lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SISTEC NACIONAL, Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. **Relação de cursos e Instituições Ofertantes do PRONATEC Campo**. Informação obtida via E-SIC, Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. Protocolo: 23480014439201805. 09/07/2018.

SISTEC NACIONAL, Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. **Relação de Cursos, Instituições Ofertantes e Perfil dos estudantes do PRONATEC Bolsa Formação**. Informação solicitada via Lei de Acesso à Informação. Protocolo: 23480016367201741. 04/07/2017.